



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

18/01/2015

Apesar de possuírem imóveis nos bairros mais caros de Brasília, integrantes da cúpula do Judiciário e do Ministério Público Federal recebem auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil, financiado com verba pública. Com base em informações de cartórios, o Estado localizou em Brasília imóveis em nome de cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça, cinco do Tribunal Superior do Trabalho e de quatro integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Eles não precisam pagar aluguel, mas recebem a ajuda de custo, segundo as próprias instituições. Todos são beneficiários de decisões liminares tomadas pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, em setembro. O tema deve ser analisado pelo plenário do STF, em data ainda não definida. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Ação nos EUA

A ação simultânea da Securities and Exchange Commission (SEC), do Departamento de Justiça (DoJ), e dos tribunais norte-americanos indica que virá de fora a artilharia mais pesada contra a Petrobras, se comprovadas as denúncias de corrupção e apurados os prejuízos aos investidores estrangeiros. Especialistas afirmam que as indenizações e multas aplicadas à Petrobras podem superar os valores de casos emblemáticos, como o da elétrica Enron, cujas fraudes contábeis terminaram em acordo de US\$ 7,2 bilhões em 2006. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Longe da meta

Pelo segundo ano consecutivo, tribunais estaduais e federais passaram longe da meta do Conselho Nacional de Justiça, que previa o julgamento até dezembro de 2014 de todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública distribuídos até dois anos antes. Os tribunais estaduais julgaram até dezembro do ano passado apenas 47,44% dos processos com essas duas categorias, índice ainda menor que o registrado em 2013 (50,51%). As informações são do jornal **O Globo**.

Pena de morte

De acordo com a Anistia Internacional, 57 países ainda aplicam a pena de morte com frequência. Outros 35 têm legislação que permite a pena capital, mas não a aplicam há mais de 10 anos. Em sete países, incluindo o Brasil, a pena de morte é ilegal para crimes comuns, sendo aplicada apenas em contextos de guerra. Em 98 países as execuções foram completamente erradicadas. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Bens liberados

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região reverteu ordem da Justiça Federal de

Cuiabá e liberou todo o patrimônio do bicheiro João Arcanjo Ribeiro, que cumpre pena por crimes contra o sistema financeiro, homicídios e porte ilegal de armas. Em 19 de dezembro, o desembargador do TRF Olindo Menezes cassou uma liminar que ordenava a perda dos bens e determinou que o Ministério Público abrisse possibilidade de explicações ao bicheiro sobre o patrimônio. "Ninguém (nem mesmo os condenados) será privado de seus bens sem o devido processo legal", escreveu o desembargador. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Violência policial

A violência policial aumentou no Rio de Janeiro e em São Paulo em 2014. De acordo com levantamento feito por pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública o número de pessoas mortas por policiais paulistas subiu 28,5%, e por policiais do Rio, 30%. As corporações dos dois estados afirmam rever constantemente os procedimentos, mas seguem sendo as mais violentas do Brasil. As informações são do jornal **O Globo**.

Denúncia da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí, denunciou a prática do tráfico de drogas e outros problemas no Hospital Areolino de Abreu. O fato foi relatado durante reunião da OAB-PI com o secretário de Justiça do Piauí, Daniel Oliveira. Sobre a unidade de saúde que mantém presos com transtornos mentais, a presidente da Comissão de Direitos da Saúde da Ordem relatou precariedade no local, sobretudo irregularidades e violações à dignidade humana constatadas. As informações são do portal **G1**.

Rebeliões e fugas

Pelo menos cinco fugas, com total de 72 adolescentes, foram registradas nos primeiros 16 dias de 2015. Elas aconteceram em São Paulo, Sergipe e no Distrito Federal, sendo que, neste último, também foi confirmada a primeira morte deste ano. A superlotação é a principal causa de rebeliões e fugas no sistema de internação de adolescentes no país. As informações são do jornal **O Globo**.

Críticas ao TPI

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou que é "escandaloso" que o Tribunal Penal Internacional (TPI) "persiga Israel" e "em breve o Estado Islâmico (EI), Hezbollah e Al Qaeda" vão recorrer ao tribunal. "É absurdo que o TPI ignore a lei e acordos internacionais, sob os quais os palestinos não têm um Estado e só podem conseguir um por meio de negociações diretas com Israel. As regras do TPI são claras: Não há Estado, não há caso", afirmou em um comunicado oficial. As informações são do portal **Terra**.

Puxão de orelha

Uma professora da rede pública do Estado do Rio de Janeiro foi condenada, pela Terceira Câmara Cível do TJ-RJ, a pagar R\$ 1,5 mil de danos morais a um aluno. Ela é acusada de ter puxado a orelha do estudante. As informações são do colunista Ancelmo Gois, do jornal **O Globo**.

OPINIÃO

Reforma legislativa

Em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, o advogado Murillo de Aragão o Legislativo nacional está se transformando num adorno inútil que funciona a reboque das medidas provisórias que chegam ao Congresso e são emprenhadas com temas diversos. Para ele é necessária uma reforma legislativa. De acordo com o articulista, o Congresso deve ser valorizado em benefício dos cidadãos. "Deve ser valorizado por sua transparência, economia de gastos, economia processual, efetividade e consequência. Não pode prosseguir, como agora, no caminho de ser um Poder inconsequente", conclui.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-jan-18/noticias-justica-direito-jornais-175-2/>